



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 31 de julho de 2012

<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> CAPA .....	1
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Eleições 2012 .....	2
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Frente & Perfil .....	3
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Números contraditórios do desemprego.....	4
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Vanessa confia em Mantega contra crise.....	5
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Inclusão da Venezuela traz ânimo .....	6
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Navalshore .....	7
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Indústria.....	8
<b>JORNAL DO COMMERCIO</b> Abertura de empresa tem estagnação.....	9
<b>A CRITICA</b> Entidades comemoram afrouxo na fiscalização.....	10
<b>A CRITICA</b> Entrevista - Eduardo Toledo .....	11
<b>A CRITICA</b> Espaço da indústria.....	12
<b>A CRITICA</b> CAGED .....	13
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Sony produz nova TV e busca popularização .....	14
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Estudo .....	15
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> AUDITORES .....	16
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Segurança do Trabalho.....	17
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Indústria local sem previsão de gerar novos empregos .....	18
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Indústria local sem previsão de gerar novos empregos (continuação).....	19
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Entrepasto da Praia norte no Tocantins deve reduzir custos de transporte das empresas do PIM.....	20

CAPA

# Venezuela traz nova expectativa ao PIM

**A** inclusão da Venezuela no Mercosul, marcada para ser oficializada hoje, traz expectativa de resgate de negócios com o país vizinho e

incremento das exportações do Amazonas para combater o desaquecimento da indústria local. O presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazo-

nas), Wilson Périco, avalia que a retomada de negócios é possível. O volume de vendas do Amazonas para o país caiu 70% em cinco anos. Os últimos dados fechados do

Mdic mostram que no ano passado as compras venezuelanas totalizaram US\$ 87,20 milhões contra os US\$ 285,61 milhões gastos pelo país em 2006.

Página A5

Foto:Walter Mendes



A interligação pela BR-174 é mais um estímulo para as relações comerciais bilaterais do Amazonas com a Venezuela, segundo os empresários locais

## Eleições 2012

# Vanessa aposta em maior prestígio

Candidata da coligação "Melhor pra Manaus" (PCdoB/PT/PMDB/PSD/PP/PV/PTN/PSL/PSC), a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) aposta na força do seu prestígio político junto ao Palácio do Planalto para ajudar na busca de soluções que possam amenizar a atual crise do Polo Industrial de Manaus. A senadora lembra que o ministro Guido Mantega já manifestou intenção de estabelecer medidas para reaquecer os polos de quatro rodas, no Estado de São Paulo, e de duas rodas, no Estado do Amazonas.

**Página A3**



Senadora Vanessa Grazziotin é candidata da base aliada do governo na disputa pela sucessão do prefeito Amazonino



## Frente & Perfil

### Mercosul

É grande a expectativa para o empresariado da Zona Franca e da própria população que mora no Amazonas para a entrada da Venezuela no Mercosul. No campo dos negócios o país vizinho deve ser um novo mercado a ser alcançado. No turismo deve haver um intercâmbio maior ainda. Viajar para Margarita deve ficar mais fácil.

## Números contraditórios do desemprego

### EUSTÁQUIO LIBÓRIO\*

A curva do emprego formal no Estado do Amazonas iniciou sua orientação de queda no comparativo dos meses de junho, que vinha em ascensão desde 2009, quando atingiu o menor nível desde o ano de 2003. Em 2009 o saldo de postos de trabalho, em junho, foi de 984 vagas, quando no anterior, 2008, esse saldo fora de 6.002 vagas criadas no sexto mês do ano.

A criação absoluta de pos-

tos de trabalho em junho de 2012 atingiu, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) foi de 1.966. Esse valor cai para o saldo de 1.604 postos com a subtração de 362 postos ocorridas no mesmo mês.

É de se registrar, ainda, que a capital do Estado é responsável pela criação de 1.455 postos, o que corresponderia a 74% dos quase 2.000 postos criados nesse período.

Em um balanço da criação de vagas por atividade econômica no Estado, o setor de serviços está à frente com 1.242 postos, equivalente a 63,18% do total; em seguida vem a indústria de transformação com mais 550 vagas (27,97%), a construção civil com 122 (6,20%), além de outras atividades que geraram 52 vagas (2,65%), totalizando 1.966 postos.

Quando se analisa o mês de junho em relação aos últimos quatro anos, o saldo de empregos tem os seguintes números: 2009, 984 vagas; 2010, 2.441; 2011, 4.873 e em 2012 cai para 1.604

postos. Assim, a baixa no saldo dos empregos formais entre 2011 e este ano é de 32,92%.

No entanto esses números não apreendem os dados apresentados, por exemplo, na sessão da Câmara Municipal de Manaus (CMM), na sessão desta segunda-feira, dia 30.

Ali, representante do setor comercial afirmou que o número de demissões, entre janeiro e junho deste ano já está próximo dos 8.000 desligamentos. Na mesma sessão também foi afirmado que, no Distrito Industrial já são mais de 18 mil os desempregados, com o agravante

de que duas montadoras de motocicletas, cujos funcionários voltaram do período de licença remunerada, também iniciaram processo de desligamento.

No caso do comércio, as demissões são produto, principalmente, do acesso restrito ao Centro da cidade, enquanto na indústria a crise se relaciona à concorrência desleal de produtos impor-

tados, agravada com a greve dos auditores fiscais da Receita Federal que já se arrasta por mais de um mês.

No entanto, o que se pode ver claramente, é que os números oficiais se contradizem com aqueles exibidos por quem está à frente das organizações empresariais, sem que se possa negar a existência de uma crise bem grave.

\* É jornalista e editor-chefe da Revista PIM. E-mail: liborio.eus@uol.com.br

## Vanessa confia em Mantega contra crise

Senadora e candidata à Prefeitura de Manaus quer usar influência junto ao Planalto para amenizar crise no PIM

Por J Taketomi

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) aposta na força do seu prestígio político junto ao Palácio do Planalto para ajudar na busca de soluções que possam amenizar a atual crise do Polo Industrial de Manaus, cujas empresas demitiram pouco mais de 12 mil trabalhadores no primeiro semestre do ano.

Vanessa, que é candidata à sucessão do prefeito Amazonino Mendes (PDT) pela coligação "Melhor pra Manaus" (PCdoB/PT/PMDB/PSD/PP/PV/PTN/PSL/PSC), diz

confiar na palavra do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que se comprometeu em socorrer o setor automotivo por meio da desoneração da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e, dessa forma, reaquecer os pólos de Quatro Rodas, no Estado de São Paulo, e de Duas Rodas, no Estado do Amazonas.

A senadora lembrou ao JC suas articulações para o sucesso de uma reunião ocorrida em

Brasília, recentemente, com empresários do setor e o ministro Mantega, quando foi apresentada uma pauta de reivindicações. "Na reunião, o ministro se comprometeu com a desoneração da Cofins, que passaria de 3% para zero, e a abertura de uma linha de financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a compra de motocicletas, assim como foi feito

**Sindicato dos Metalúrgicos: de janeiro e julho, o PIM demitiu 12.7 mil trabalhadores, 92.86% a mais que em 2011**

para área automobilística".

Vanessa manifesta-se otimista com relação às medidas já adotadas pelo governo do Estado para enfrentar a crise e afirma aguardar "com expectativa" o anúncio das medidas acertadas com Guido Mantega. Ela diz que o governo federal já foi sensível com o setor ao elevar a alíquota do IPI (Imposto sobre Produto Industrial) para combater a importação de motos.



Foto: Agência Senado

Candidata Vanessa Grazziotin admite a crise no PIM e diz que parlamentares precisam buscar soluções

### "Capitalistas"

Para o candidato do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), Herbert Amazonas, a crise vivida pelo PIM é reflexo de uma crise internacional do sistema capitalista, que já afeta o Brasil e atinge duramente os trabalhadores. "A

crise é típica do sistema capitalista, que joga sempre nas costas dos trabalhadores os efeitos de qualquer crise. Os governos preferem socorrer os empresários, liberando o máximo de recursos possíveis para ajudá-los", critica.

"Os trabalhadores perdem os

empregos e tudo fica por isso mesmo. Os patrões são isentos de impostos, recebem injeções financeiras, enquanto os trabalhadores pagam a conta da crise", desabafou, argumentando que nem os altos lucros registrados pelas empresas do PIM foram suficientes para

evitar demissões em massa de trabalhadores.

"Há pouco tempo divulgou-se que os lucros das empresas do PIM eram da ordem de R\$ 74 bilhões, e suas folhas de pagamento não chegavam a dois por cento disso. Se os trabalhadores tivessem seus salários aumentados, isso não pesaria em nada, mas o que se vê hoje são demissões em massa", reforça, lamentando que organizações como o Sindicato dos Metalúrgicos contribuam para piorar a situação dos operários, em vez de ajudá-los a resolver a crise. "O próprio presidente do sindicato, Valdemir Santana, foi cooptado politicamente pelo sistema que tem à frente o PT, enquanto a classe trabalhadora está desamparada. Isso aprofunda a crise social e permite que o narcotráfico cresça, canalizando para ele essa mão de obra agora ociosa", ataca Herbert.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, entre janeiro e julho, o PIM demitiu 12.787 trabalhadores, 92.86% a mais que no mesmo período em 2011. O polo eletroeletrônico demitiu 8.381 operários, o polo metalúrgico, 2.491, com o polo de duas rodas registrando 1.715 demissões.



## Inclusão da Venezuela traz ânimo

Indústria local vê possibilidade de resgatar negócios e ampliar vendas externas ao país vizinho com a inclusão



Foto: Divulgação

Venezuela é o terceiro maior comprador de produtos do PIM, deixado para trás apenas pela Argentina e pela Colômbia

Por Juliana Geraldo

**R**esgate de negócios com a Venezuela e incremento das exportações do Amazonas para combater o desaquecimento da indústria local. Essas foram as principais vantagens apontadas pelo presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco, em relação à inclusão do país no Mercosul, marcada

para ser oficializada hoje, pelos presidentes dos países que formam o bloco.

De acordo com dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a Venezuela é o terceiro maior comprador de produtos do PIM, deixado para trás apenas pela Argentina e pela Colômbia. No entanto, a relação entre o Estado e país já foi melhor. Desde 2006, a Venezuela ocupava a 2ª posi-

ção no ranking de compradores de produtos do polo industrial, colocação na qual permaneceu até 2008. A partir de 2009, as compras foram diminuindo gradativamente.

O ritmo da queda foi forte. O volume de vendas do Amazonas para o país caiu 70% em cinco anos. Os últimos dados fechados do Mdic mostram que no ano passado, as compras venezuelanas totalizaram US\$ 87,20 milhões contra os US\$

285,61 milhões gastos pelo país em 2006, ano em que a relação de venda entre o PIM e o país registrou seu ápice.

Já este ano, os números do primeiro semestre mostram crescimento de 37,58% (com US\$ 51,661 milhões) em comparação ao mesmo período do ano passado (US\$ 37,550 milhões).

O resultado indica uma recuperação que pode ser intensificada pela inclusão do país no "bloco". A expectativa do di-

### Por dentro

#### MERCOSUL

- Os presidentes de Brasil (Dilma Rousseff), Argentina (Cristina Kirchner) e Uruguai (José Mujica) formalizam hoje em Brasília, o ingresso da Venezuela no Mercosul como membro pleno.
- A decisão não teve o apoio do Paraguai, suspenso do bloco após o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo.
- A entrada da Venezuela foi aprovada em 2006, mas demorou a ser confirmada pela falta de aprovação do Paraguai.
- Os prazos para a adaptação da Venezuela às normas do Mercosul e sua Tarifa Externa Comum - que varia entre 0 e 20% -, começam a ser analisados imediatamente.

rigente do Cieam é de menos dificuldades na relação comercial entre os dois países com medidas como a extinção das tributações nas operações de exportação entre Brasil e Venezuela.

Além disso, no sentido inverso, a compra de materiais venezuelanos por parte do Amazonas também deve ser facilitada pela proximidade estratégica com o país, ligado pela BR-174. Fato que, de acordo com os especialistas, aumentaria as importações de lá para cá, que já chegaram a render US\$ 29,97 milhões ao PIM e hoje somam menos da metade. "Todos os segmentos devem ser beneficiados, especialmente o eletroeletrônico. Não vejo desvantagem na inclusão", avaliou.

O presidente do Sinaees-AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Celso Piacentini, confirmou o benefício para o setor mas disse não acreditar em grandes

mudanças para a situação da indústria amazonense, uma vez que o PIM possui grandes dificuldades que a inclusão por si não tem o poder de solucionar. "Não mexe nosso 'ponteiro' - da produção industrial - de forma tão significativa", opinou.

Já o economista e vice-presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota, ponderou sobre as desvantagens do acordo. Segundo ele, os maiores entraves são diplomáticos. "O Brasil lidera o Mercosul e praticamente comandou a entrada do país venezuelano, contra a vontade do Paraguai, excluído da decisão pelo processo de impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. Isso pode trazer uma resposta pouco favorável do Paraguai para nós em vários quesitos entre eles na questão energética. É uma decisão que pode ser desfavorável sim, mas a médio e a longo prazo", analisou.

## Navalshore

# Evento busca consolidação do polo naval no Amazonas

Com o objetivo principal de buscar investimentos e incentivar ações visando ao fortalecimento e consolidação do Polo Naval do Amazonas, a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em parceria com a Seplan-AM (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), irá participar da 9ª edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Naval e Offshore, que será realizada de 1º a 3 de agosto, no Rio de Janeiro (RJ).

Esta será a terceira vez que a autarquia participa do evento, por meio da COGPC (Coordenação-Geral de Promoção Comercial da Suframa), fornecendo espaço em estande institucional para que as empre-

sas amazonenses participantes possam divulgar seus produtos e serviços, além de formarem parcerias comerciais. Este ano irão participar do evento: Estaleiro Bibi, Erin (Estaleiro Rio Negro), Enchova, Estaleiro São Pedro, Marajó Diesel, Eram (Estaleiro Rio Amazonas), DMN Estaleiro, Estaleiro Santa Rosa e ainda o SindNaval (Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus).

A Navalshore, considerada como evento estratégico para a cadeia de produtos e serviços da indústria naval do Brasil, vem crescendo a cada ano e já é referência nos setores naval e offshore. A feira reúne as

últimas novidades e tendências nas áreas de construção e reparo naval, equipamentos e suprimentos para estaleiros, além de soluções para o setor de petróleo e gás. Ao todo serão 350 expositores nacio-

---

**A Navalshore vem crescendo a cada ano e já é referência nos setores naval e offshore em todo o mundo**

---

nais e internacionais - sendo que 50 estarão participando pela primeira vez - de 17 delegações estrangeiras (de países como Argentina, Japão, China, Espanha, Suécia, Coreia do Sul, EUA, Finlândia, Itália,

Noruega, Canadá e Holanda) oferecendo oportunidades de negócios e networking para profissionais vindos de mais de 40 países.

A expectativa é que, ao longo dos três dias, mais de 15 mil pessoas passem pelos pavilhões cuja área total é de 11 mil metros quadrados. Outro destaque da programação serão as conferências exclusivas com a presença de especialistas no setor, possibilitando a troca de experiências e a difusão das melhores práticas.

Segundo os organizadores, foi realizada pesquisa com os expositores da Navalshore 2011, dos quais 92% avaliaram a qualificação do público como boa e excelente, e 98% dos expositores manifestaram

a intenção de participarem da Navalshore 2012, por considerarem a feira ideal para estabelecer novos contatos, manter networking e para divulgação

da marca, produtos e serviços. Na edição do ano passado, participaram da feira 80% dos estaleiros do Brasil, oriundos de dez estados diferentes.



## Indústria

# Crise no PIM vira pauta na Câmara

Vereadores repercutem desempenho insatisfatório do primeiro semestre sem apontar alternativas de apoio à indústria

**Emyle Araújo**  
Especial para o JJC

Os prejuízos amargados pelas indústrias no PIM (Polo Industrial de Manaus) foram destaque na CMM (Câmara Municipal de Manaus) na manhã de ontem (30). O vereador Luiz Alberto Carijó (PDT) discursou sobre possibilidade de a atual crise superar os piores números já registrados – em 1992. “O ano está praticamente perdido”, lamenta o representante municipal.

Às vésperas da época em que comércio e indústria começam as encomendas para as festas de fim de ano, Carijó comenta que o PIB nacional está praticamente estagnado. “Com o quadro externo ruim e o interno também, a tendência é que as demissões

continuem”, destaca.

De acordo com dados cedidos pelo Sindmetal-AM (Sindicatos dos Metalúrgicos do Amazonas), mais de 12 mil trabalhadores foram demitidos somente no primeiro semestre no PIM. Os números representam 92,86% a mais de desligamentos do que em 2011, na mesma época. O presidente da entidade, Valdemir Santana, comenta que em junho foram 1.783 demissões.

Depois de 40 dias em férias coletivas, as indústrias do polo de duas rodas retomaram às atividades com o quadro de funcionários reduzidos. “Só no primeiro mês, demitiram mais de 1.800 funcionários”, diz o vereador.

O presidente do Cieam (Cen-

tro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, não se assusta. “Com tantas barreiras enfrentadas pelas fábricas de motocicletas quanto à liberação de crédito, a dependência de

---

**Os números representam 92,86% a mais de desligamentos do que em 2011, na mesma época**

---

insumos importados e a crise econômica mundial em si fica difícil ter um saldo positivo”, avalia.

A PEC da Música também preocupa as autoridades. O vereador Massami Miki (PSL) lembra que a resolução será votada nos próximos dias e pode representar o fim do Polo Industrial e de

Mídia em Manaus. “São 11 mil empregos diretos e o dobro disso em empregos indiretos que podem perder seu espaço”, relata, enfatizando que o projeto significaria o fim da injeção plástica no Estado.

---

**Arrecadação do ICMS em declínio**

As indústrias que integram a ZFM (Zona Franca de Manaus) representam, aproximadamente, 58% da arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Estado. “Este já é o terceiro mês consecutivo que apresentamos queda”, diz Périco.

O declínio no faturamento do polo industrial representa uma queda também para o comércio. “Quando a indústria cai, também cai o ICMS comercial”, explica Carijó.

## Abertura de empresa tem estagnação

Apesar do pequeno aumento em constituições, cresce o número de extinções de empreendimentos de negócios

Por Jefter Guerra  
Especial para o JJC

Em decorrência da crise mundial, a Jucea (Junta Comercial do Estado do Amazonas) revela uma estagnação na abertura de empresa em Manaus. De acordo com o secretário-geral da Junta, Edmilson Barbosa, essa paralisação de abertura de empresa foi revelada através de uma estatística realizada pelo órgão durante o primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período deste ano. "Isso acontece porque as empresas internacionais diminuíram a compra de produtos do PIM (Polo Industrial de Manaus), dificultando o empresário subsistir em seu ramo. Até que a Receita Federal está tentando reverter este quadro, mas a crise é forte", alertou Barbosa.

E por conta da crise, conforme o secretário, muitas empresas fecharam suas portas. "Em apenas seis meses do ano passado, foram mais 684 empresas. Este ano, houve um acréscimo de 745 de empresários que não aguentaram a crise", revelou Barbosa. "Eles fecham seus estabelecimentos porque, muitas vezes, abrem a empresa e não possuem um bom capital de giro. Também por estarem despreparados e não costumam investir em novas técnicas, tecnologias para si e seus colaboradores", ressaltou ele.

E no que tange a abertura de

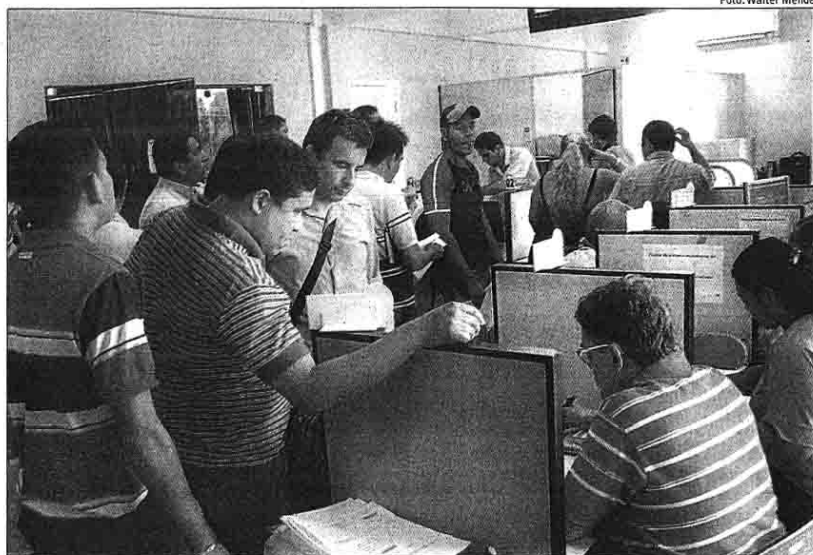


Foto: Walter Mendes

*Crise mundial gera paralisação no movimento de legalização de novos negócios no Amazonas*

com um capital de apenas R\$ 66 mil; preencher o formulário que está no site da Jucea; apresentar as documentações necessárias, ou seja, o que o tomador com uma sociedade simples. E essa empresa pode ser aberta em qualquer segmento", informou ele.

Em seu primeiro ano, em 2012, apenas 84 empresas foram abertas na modalidade "Eireli", com uma desistência no mês de abril. "A vantagem é que empresário não precisa ter sócio. E a abertura da empresa segue o mesmo padrão do Empresário Individual. E se toda a documentação estiver em dia, o processo de legalização da empresa nesta modalidade estará legitimada no outro dia. E também, no caso de ação judicial, os bens do empresário não correm o risco de serem penhorados, ficando separados durante o processo", disse ele.

empresa, segundo dados estatísticos levantados pelo órgão, no primeiro semestre do ano passado, em todas as modalidades, foram abertas 3.332 empresas em vários segmentos. E no mesmo período deste ano, foram 3.381. "As modalidades de Empresário, com 65% da fatia, e LTDA, representado 32%, ainda são as formas de abertura de empresas mais procuradas pelas pessoas que desejam legalizar o seu negócio", disse ele, ao ressaltar ainda, que os segmentos mais procurados

para a realização de abertura de empresa são as prestadoras de serviço, construção civil, alimento e vestuário.

De acordo com o assessor de economia da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio), José Fernando Pereira da Silva, a crise mundial, além de afetar na abertura de empresa, também implica em todos os segmentos do Polo Industrial de Manaus (PIM). O economista ressaltou que o setor de duas rodas é o que vem esbarrando na abertura de

próprio negócio, a modalidade "Eireli". Para ele, essa modalidade, juntamente com as convencionais como "Empresário", "LTDA", "S.A", "Cooperativas", e outras, contribuem para facilitar no processo abertura de uma empresa.

### Novidade

O secretário informou, ainda, que mesmo com a estagnação na abertura de empresas, este ano uma novidade está sendo oferecida pela Jucea, para as pessoas que queiram abrir o seu

próprio negócio, a modalidade "Eireli". Para ele, essa modalidade, juntamente com as convencionais como "Empresário", "LTDA", "S.A", "Cooperativas", e outras, contribuem para facilitar no processo abertura de uma empresa.

Barbosa explicou que a modalidade "Eirele" é uma empresa individual que oferece todos os benefícios de uma empresa LTDA, massamente é registrada no nome de um empresário. "Para abrir a empresa nessa modalidade, basta à pessoa come-

### Economia

O economista da Fecomércio, José Fernando, enfatiza que a modalidade "Eireli" fortalece o empreendedorismo pela série de benefícios oferecidos no processo de abertura de uma empresa. "Só do empresário não ter o seus bens a disposição da justiça, em caso de um processo, já é uma vantagem. E essa abertura ser de forma acelerada, mostra o grande apoio que o Estado está oferecendo ao pequeno, médio e grande empreendedor", avaliou ele.



### Entidades comemoram afrouxo na fiscalização

Medida que obriga a liberação automática de mercadorias é bem vista por empresários em Manaus

**RENATA MAGNENTI**  
renatamagnenti@acritica.com.br

Lojistas e industriários no Amazonas apoiam a medida federal que afrouxa as regras na liberação de mercadorias nos postos aduaneiros durante o período de greve dos auditores fiscais. Porém, para o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindifisco-AM), a Portaria nº 260 abre brechas para que o Estado receba mercadorias "montadas" em outras cidades para depois serem carimbadas com o "selo" da Zona Franca de Manaus (ZFM). O sindicato suspeita que entrou pelo Porto Chibatão componentes montados somente para serem acoplados a televisores LCD.

O presidente do Sindifisco-AM, Eduardo Toledo, disse que, por conta da "vista grossa" do Governo Federal, produtos poderão entrar no País sem a menor fiscalização.

Na última quarta-feira, em resposta a greve dos servidores federais, o Governo Federal publicou o Decreto nº 7.777 que

Saiba mais

>> Portaria nº 260

Com a nova medida fica estabelecido que caso o despacho aduaneiro não cumpra os prazos médios estabelecidos por ato do secretário da Receita Federal, a mercadoria deverá ser entregue ao importador sem qualquer fiscalização. Ficando liberada a entrada de qualquer mercadoria.

determina a substituição dos grevistas por servidores temporários. Na sexta-feira, foi a vez de publicar a Portaria nº 260, inclusa no mesmo decreto, em que o tempo para o desembarque aduaneiro das importações selecionadas para os canais verde, amarelo e vermelho deverá observar o tempo médio praticado por cada unidade da Receita no primeiro semestre de 2012.

No Amazonas, mesmo com a "operação padrão" do período de greve, mercadorias que caem no canal vermelho levam



Menos restrição para entrada de mercadorias pode facilitar irregularidades, diz sindicato

Ney Mendes / 15/jun/2006

até oito dias para serem liberadas. No entanto, no início do ano o Amazonas passou pela "Operação Maré Vermelha", onde metade das mercadorias eram fiscalizadas com um rigor superior ao do canal vermelho.

"Acredito que continuaremos utilizando oito dias como prazo máximo para liberação, sendo que a medida federal é positiva para a indústria. Agora teremos como planejar quanto tempo uma mercadoria levará para ser liberada", disse o presidente do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Para o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, a medida mostra que o governo começa a enxergar o comércio como um "cliente". "Quando adquirimos algo, há um prazo para que seja entregue e, do jeito que a coisa vinha, estávamos reféns da Receita. Se a instituição não tem condições de fiscalizar tudo em tempo hábil, que faça os devidos ajustes no sistema", avaliou.



Presidente do Sindifisco Nacional

### "Medida irregular"

Devo denunciar hoje o Governo Federal à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Organização Mundial das Aduanas (OMA/WCO), por conta da Portaria 26. E nos próximos dias vamos também à Justiça contra o decreto e contra a portaria. Estamos estarelecidos com a intransigência desse governo. A medida garante a liberação de qualquer mercadoria e de qualquer jeito. Até mesmo cocaína ou armas e tal dispositivo não atende aos interesses da sociedade.

Outro detalhe é que mercadorias encaminhadas aos canais vermelho e amarelo são o alvo da "operação padrão", por serem as que possuem maior risco de irregularidades. Pela Portaria 7.777 e pelo decreto são essas importações - que a própria Receita indica que estão mais sujeitas a fraudes e irregularidades - as que serão liberadas sem fiscalização. O que aumenta o risco de entrada de mercadorias irregulares por todo território nacional.

## Entrevista - Eduardo Toledo

Presidente do **Sindifisco** denuncia que empresas locais se aproveitam de greve de fiscais da Receita para fraudar importações, usando 'selo' ZFM em produtos

# “Há suspeita da entrada de mercadorias prontas na ZFM”



“O movimento grevista dos auditores fiscais está forte e por isso o Governo Federal quer barrar a greve publicando o Decreto 7.777 e a Portaria 260”, avaliou o presidente do Sindifisco-AM, Eduardo Toledo. Eles aguardam, hoje, o anúncio de uma proposta federal e amanhã decidem se a greve ganhará um novo tom. Enquanto isso, Eduardo afirma que 99% das mercadorias que chegam no porto e no aeroporto internacional estão sendo liberadas a contento.

**Qual o risco real de volume de liberação?**  
Temos um agravante no Ama-

zonas, por termos uma Zona Franca. Precisamos garantir que não está havendo irregularidade. E há suspeita da entrada de mercadorias montadas no Porto Chibatão. São componentes para televisores LCD que estão chegando prontos para ser montados. Os auditores estão cruzando dados e em breve teremos o resultado.

**E se a suspeita se confirmar?**

A empresa irá responder criminalmente. É ilegal trazer prontos itens que têm que ser montados ou fabricados aqui. Na última greve, devido a fiscalização branda, uma empresa de telefonia importou o celular pron-

### Perfil

**Eduardo Toledo**

**NOME:** Eduardo Toledo da Silva

**ESTUDOS:** Administração

**EXPERIÊNCIA:** É auditor fiscal e presidente do Sindifisco.

Luta para que os 185 auditores na ativa no Amazonas consigam reajuste salarial, melhores condições de trabalho e a volta do porte de arma. Hoje, um auditor em início de carreira ganha R\$ 13.600. Enquanto que um auditor do Estado ganha R\$ 20.400.

to para Manaus e ainda dentro das caixas. Isso é absurdo.

**Que avaliação faz desta situação versus a Portaria 260?**

Os auditores existem para fiscalizar. Se tiram nosso direito, então, vamos virar um Paraguai. E, além disso, alguns empresários se aproveitam de movimentos grevistas para não pagarem impostos ou mesmo ousar por importar itens prontos. Isso prejudica afeta os empregos.

**Acha que a posição da indústria e do comércio é errada?**

Acho que a medida federal pode

trazer ainda mais prejuízo aos setores, principalmente, a indústria. O modelo Zona Franca não foi feito apenas para que aqui se colocasse o selo da 'gai-vota'. O descumprimento significa queda no emprego e o fabricante passa a ser um comerciante.

**Acredita que o Governo irá negociar com vocês? Está mantida a greve geral a partir de amanhã?**

O movimento está forte, por isso tantas medidas federais para tentar inibi-lo. Se não houver proposta acho que a greve deve continuar, mas isso terá que ser votado em assembleia. Amanhã

nos reunimos com auditores e o presidente nacional do Sindifisco no Picanha Mania, faremos uma assembleia lá.

**Por que vocês se reúnem em churrascaria e pizzaria? Não acha que a sociedade vê com maus olhos o movimento?**

Dá quórum reunir nestes lugares. Se você quer ser um sindicalista radical se reúne em lugares ruins onde somente seus 'cupinchas' vão participar. Quanto à sociedade, todos têm reajustes inflacionários. Nós não temos desde 2008 e pleiteamos sim um reajuste de 30,19%.

## Espaço da indústria

# Competitividade em pauta

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) promoveram na sexta-feira, em Manaus, evento piloto sobre o "Diálogo sobre a competitividade da Indústria", que marcou o lançamento do novo edital do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), iniciativa da CNI que tem o desafio de aumentar a representatividade do setor industrial por meio do fortalecimento dos sindicatos patronais.

O novo edital prevê capacitações gratuitas para empresas industriais e sindicatos patronais. A

novidade é que os cursos serão oferecidos também para as empresas não-associadas aos 27 sindicatos patronais da FIEAM e os interessados podem detalhar informações sobre a programação para 2012 no Departamento de Assistência à Média e Pequena Indústria (Dampi) da FIEAM. A propósito, recentemente a CNI lançou campanha publicitária em jornais, revistas TV e Internet com o slogan "A indústria tem pressa, o Brasil não pode esperar", em que os empresários sugerem mudanças urgentes no sistema tributário e na legislação trabalhista. Pedem

ainda mais qualidade na educação, redução da burocracia, investimentos em infraestrutura e em inovação. Um dos anúncios lembra que as empresas brasileiras trabalham, em média, 13 vezes a mais que as concorrentes estrangeiras para pagar impostos. Destaca, ainda, que a cobrança de vários impostos nas diversas etapas da cadeia de produção inibe os investimentos e aumenta os preços para o consumidor.

Além disso, a CNI colocou no ar o site <http://aindustrialempresa.com.br/> no qual detalha as ações necessárias para resgatar a capacidade de

competição da indústria brasileira. As propostas estão divididas em 12 áreas consideradas prioritárias para a CNI, que são: segurança jurídica, macroeconomia do alto crescimento, tributação e gasto público, infraestrutura, educação, inovação, comércio exterior, meio ambiente, burocracia e micro e pequena empresa.

No site, os internautas poderão dar sugestões e assinar o manifesto em favor do aumento da competitividade da indústria brasileira. Tais iniciativas têm a finalidade de chamar o empresariado à reflexão sobre a importância da participação

e da associação dos empreendedores para a defesa de interesses comuns, tendo como fio condutor o tema competitividade.

É consenso na indústria de que o empresário não consegue isoladamente a articulação indispensável com fornecedores, governo, mídia e demais partes interessadas. Trabalhar associado a um sindicato é uma demonstração de que a união fortalece os empreendedores e o desenvolvimento econômico e social.

Com o foco nas mudanças necessárias para avanços no segmento industrial é preciso, sem dúvida, que as entidades de representação da indústria dialoguem sobre competitividade, participação, representação e associativismo. Mãos a obra, portanto.





## CAGED

# Crise no setor de duas rodas é evidente

SÃO PAULO (AE) - A crise no mercado de motocicletas está mais clara do que a do setor de automóveis. No primeiro semestre houve fechamento de 913 postos de trabalho com carteira assinada no setor. Só a fabricação foi responsável por 1,4 mil desligamentos no período.

O enxugamento ocorre depois que esse ramo conseguiu ampliar o quadro de pessoal em 2011 em apenas 177 postos. A perda de vigor fica mais evidente quando são observadas as gerações de emprego em 2010 (7,1 mil) e 2008 (12 mil). Se manter a mesma tendência na segunda metade do ano, 2012 deve registrar o pior nível para o mercado de trabalho desde 2009, quando o setor sofria impactos da crise financeira internacional. Naquele ano, 225 trabalhadores perderam o emprego - dado líquido. Os números são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) afirmou que R\$ 1,8 bilhão seria suficiente para impulsionar o setor.

## Sony produz nova TV e busca popularização

**ANWAR ASSI**  
Equipe EM TEMPO

Com 100% de sua produção nacional de televisores feita no Polo Industrial de Manaus (PIM), a Sony começou a fabricar um novo produto, que é considerado a aposta para popularizar a TV 3D no mercado brasileiro.

Já disponível nas lojas, a Sony HX 755 permite ao consumidor ter uma imagem com qualidade Full HD e em três dimensões. "Acreditamos que 2012 será um ano importante nesse processo de popularização do mercado de TVs 3D,

especialmente em razão do forte incremento de conteúdos com essa tecnologia no mercado", afirmou o gerente geral de Marketing da Sony Brasil, Carlos Paschoal.

Apesar do preço ainda um pouco "salgado", as TVs 3D já representam 12% do total de televisores vendidos pela Sony, em todo o país, no último ano fiscal da empresa, entre abril de 2011 e março de 2012.

Segundo a assessoria de imprensa, neste período, as vendas de televisores de todos os modelos da multinacional japonesa superaram a marca de 1 milhão de uni-

dades no Brasil. Entre 2010 e 2011, a Sony vendeu 200 mil unidades de TV 3D no mercado nacional.

A TV Sony HX 755 vem para substituir o modelo Sony HX 752, lançado em 2011. O preço do HX 755 varia entre R\$ 2.599 (32 polegadas) e R\$ 5.999 (55 polegadas). Além desses modelos, a Sony vai vender unidades com 40 e 46 polegadas.

Todos virão com wi-fi integrado, conversor de TV digital embutido e recurso Media Remote, possibilitando transformar um smartphone ou tablet em controle-remoto inteligente.

Segundo a empresa, a TV 3D Sony HX755 reúne diferenciais em conectividade que permite a completa integração entre TV, celular, tablet e notebook. O usuário também terá à disposição aplicativo para poder interagir com conteúdos de mais de 40 parceiros da Sony como Netmovies, Terra TV, YouTube, Esporte Interativo, Netflix, Netmovies e Crackle, entre outros.

O sistema 3D da HX755 é ativo, necessitando, portanto, de óculos especiais. "Para celebrar o lançamento do novo modelo, desenvolvemos uma promoção por tempo indeterminado: todo

consumidor que comprar um modelo da série HX755 ganha óculos 3D sem custo extra", destacou o gerente de Marketing e Comunicação Sony, Luciano Bottura.

A Sony conta com 3,5 mil funcionários distribuídos em dois escritórios - São Paulo e Rio de Janeiro - e nas fábricas na Zona Franca de Manaus. A Sony Brasil atingiu crescimento de 24% no ano fiscal 2011, o maior incremento entre todos os países de atuação da companhia.

### Internet agregada

A Sony considera que há um processo de popularização

da chamada TV internet, que permite ao usuário acessar filmes, música e navegar na rede mundial de informações. Atendimento, segundo a empresa, é que as TVs de tela fina de modo geral sofram uma queda no preço nos próximos anos. "Todo produto que tem inovação tecnológica chega ao mercado, no primeiro momento, com custo alto, devido à novidade e à falta de concorrência mais forte. Porém, a tendência é que o produto se popularize e fique com o preço mais baixo", analisou o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

## Estudo

# Indústria deixa para 'última hora'

ARQUIVO EM TEMPO/ALEXANDRE FONSECA

Mesmo com o prazo prorrogado por duas vezes, em torno de 70% das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) obrigadas a entregar o estudo de competitividade à Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) não haviam apresentado o documento até ontem. O prazo se esgota hoje.

Os dados sobre as operações das empresas vão subsidiar o governo a fazer a avaliação sobre os incentivos fiscais estaduais concedidos. "Já prorrogamos esse prazo duas vezes, desde maio, e não iremos prorrogar mais uma vez, pois teremos muito trabalho depois para fazer a análise dos dados", afirmou o secretário-adjunto de Políticas Setoriais da Seplan, Apício Tolentino.

As empresas podem enviar as informações sobre suas operações por meio do e-mail estudo.competitividade@seplan.am.gov.br ou protocolizando

processo na sede da Seplan, na rua Major Gabriel, 1.870, na Praça 14.

Devem apresentar o estudo de competitividade todas as empresas que obtiveram prorrogação do benefício fiscal de 100% de crédito-estímulo, por meio do decreto 32.031, de 30 de dezembro de 2011, inclusive os produtos que constam no parágrafo 13 do artigo 13 da lei 2.826, de 29 de setembro de 2003.

Com as informações prestadas pelas empresas do parque fabril de Manaus, a equipe técnica do governo poderá avaliar se o incentivo concedido à produção de cada produto está na proporção justa que permita a competitividade no mercado, ao mesmo tempo em que se preserva o poder de arrecadação do Estado. Conforme a assessora da Seplan, Maria de Fátima Câmara, são mais de 200 produtos que são avaliados. Entre eles, câmera de vídeo e aparelhos de som.



Dados dos documentos vão servir para avaliar incentivos concedidos para produção pelo Estado

## Estado avalia os incentivos

O titular da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Isper Abraham, salientou que a entrega do estudo é fundamental para saber se a concessão dos incentivos está a contento. "As empresas não precisam provar nada, apenas devem dizer como estão operando", frisou.

### Revisão

Segundo a Seplan, a exigência do estudo de competitividade permite revisão da elevação do nível de crédito estímulo em caráter excepcional e temporário, em face da comprovada perda de competitividade das mercadorias produzidas no PIM.

## AUDITORES

# Proposta pode dar fim à paralisação

**ANWAR ASSI**

Equipe EM TEMPO

Os auditores fiscais aguardam para hoje uma proposta do governo federal que coloque um fim ao movimento reivindicatório da categoria por melhores salários.

Desde o último dia 18 de junho, eles iniciaram uma série de ações, incluindo operação padrão e crédito zero na zona secundária, para exigir reposição salarial de 30,19%, proposta que até o momento o governo se recusou a acatar.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sinfisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, amanhã, a categoria realizará uma assembleia para decidir o futuro do movimento.

Enquanto uma solução para a greve não é definida, o governo tem adotado medidas para evitar prejuízos para a economia. O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, considerou benéfica a portaria do governo que determina agilidade na liberação de mercadorias retidas nas alfândegas de Manaus.

"Se o prazo médio de liberação das mercadorias, no Amazonas, registrado no primeiro semestre, que é de oito dias, não for respeitado, os auditores quebrarão uma determinação legal", salientou.

Para o presidente do Sinfisco-AM, a portaria do governo é inócua. "O governo apenas regulamentou o que, na prática, já está sendo feito", ressaltou Eduardo Toledo.



### Segurança do Trabalho

O gerente-executivo substituto da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Manaus, Vitor Victória, e o coordenador geral de gerenciamento dos benefícios por incapacidade do Ministério da Previdência Social - MPS, Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, abriram, no dia 27, dentro da programação do Seminário Estadual do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, o ciclo de palestras sobre as expectativas das entidades locais em relação ao Plano Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho. Na tarde do dia 26, na abertura do seminário realizado na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o INSS participou da solenidade de assinatura do protocolo de intenções entre órgãos públicos da área trabalhista e do termo de adesão a este protocolo por 19 entidades empresariais e sindicais do Amazonas, do estabelecimento de metas para o desenvolvimento e implantação de políticas e projetos para promover a saúde e a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho, também determinam que os seus signatários estimulem o intercâmbio de conhecimentos de políticas de promoção da saúde, prevenção de doenças ocupacionais e de acidentes.



## Indústria local sem previsão de gerar novos empregos

### Mesmo com o fim das férias coletivas, fábricas do PIM estão em ritmo lento

TEXTO Laís Motta  
FOTO Nathalie Brasil

#### MANAUS

**O** mês de julho chega ao fim e a indústria amazonense segue sem boas perspectivas para a segunda metade de 2012. Ao contrário das contratações comuns no segundo semestre do ano, as fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) continuam demitindo.

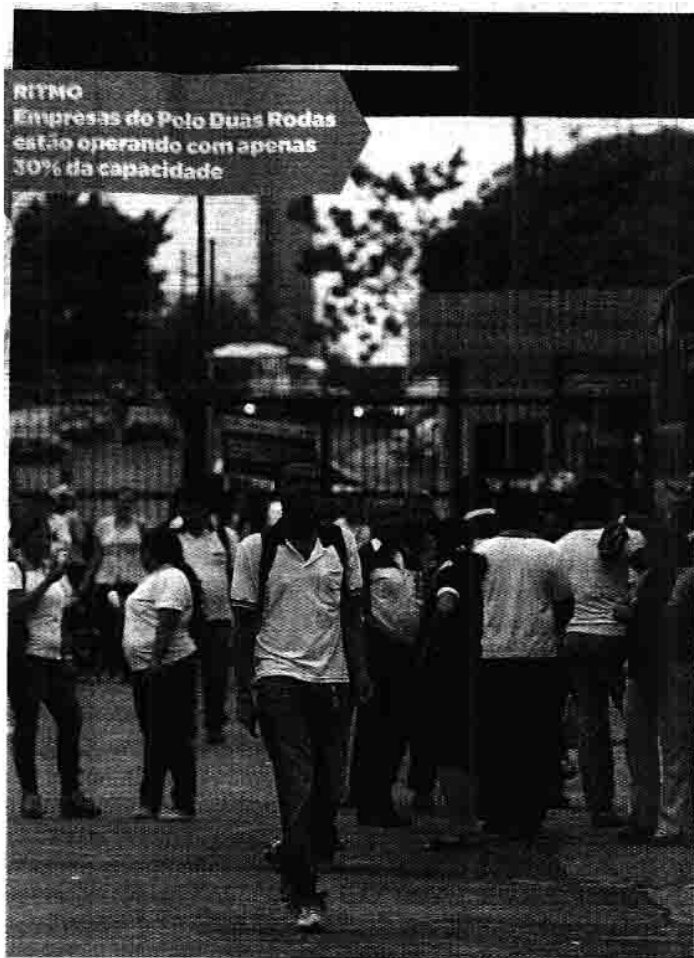
Só no setor Termoplástico cerca de 250 funcionários de fábricas de pequeno e médio portes foram demitidos na última sexta-feira, conforme informou o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus (Simplast), Carlos Monteiro, que não divulgou o nome das empresas. A baixa produtividade forçou o setor a dispensar. "Férias a gente não tem mais para quem dar. Já usamos todos os artifícios para evitar demissões. Mandávamos uma turma e voltava outra. Só

que agora esse artifício acabou", disse.

Enquanto as grandes fábricas do segmento plástico operam com 40% da capacidade, as pequenas funcionam apenas com 10%. A situação é resultado da baixa produtividade pela qual passa o Polo de Duas Rodas, para quem o setor Plástico destina 25% da produção.

As empresas do setor de Duas Rodas, que já voltaram das férias, operam com 30% a menos da capacidade. Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus (Sinmen), Athaydes Mariano Félix, o setor não tem perspectiva de novos empregos no segundo semestre e tenta saídas para tentar melhorar as vendas, já que as medidas que o governo federal está tomando não têm efeito imediato. "Tem empresa concedendo desconto de R\$ 300 para poder ajudar o custo de adesão ou pagando o IPVA ou ainda dando litros de

## Indústria local sem previsão de gerar novos empregos (continuação)



Setor de Plástico e Polo de Duas Rodas **ainda aguardam pelos efeitos positivos das medidas de 'ajuda' do governo federal**

gasolina na compra", disse.

Para os demais setores, o cenário também é negativo. Na avaliação do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, o mês de julho encerra com desempenho ruim, com alguma tímida melhora na produção de televisores e celulares. "Nada que mostre agora uma recuperação total", disse Périco sobre a possível retomada na produção de celulares.

Já o presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Celso Pia-

centini, acredita que qualquer melhora no setor só será sentida entre setembro e novembro, que são meses de maior venda, inclusive nas contratações, que, segundo ele, vão depender de cada empresa.

### OS NÚMEROS

## 35,9 mil

▼ **trabalhadores das empresas do Polo Industrial de Manaus** entraram em férias coletivas nos meses de junho e julho.

### AÇÃO CIEAM

## Alfândegas devem prestar informações

Cinco dias depois de o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) entrar com um mandado de segurança na Justiça por causa da greve dos auditores fiscais, que dura mais de um mês, a relatora do processo, a juíza da 3ª vara federal Maria Lúcia de Souza, determinou que as alfândegas do porto e do aeroporto de Manaus se manifestem no prazo de dez dias, depois de notificadas. Ainda ontem, a magistrada pediu que o Cieam se manifeste em até 72 horas depois da resposta das alfândegas.

O Cieam entrou com o mandado de segurança no último dia 25 de julho, tendo como objeto principal a liberação de mercadorias, os procedimentos fiscais e tributários da Receita Federal. O presidente da entidade, Wilson Périco, chegou a afirmar que não iria pedir um período específico para o desembaraço de mercadorias e que caberá à Justiça determinar o tempo para o processo aduaneiro. O mandado de segurança foi impetrado pelo advogado do Cieam junto a outro processo que já corria na Justiça Federal, por essa razão, a equipe da terceira vara identificou que o documento não poderia ser anexado a outro, pois tinha objetivos diferentes. O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, disse ainda conhecer a ação apenas 'superficialmente', pois, segundo ele, a entidade não é citada na ação. "Até termos conhecimento de uma decisão, vamos manter a operação-padrão", comentou.



### Entrepósito da Praia norte no Tocantins deve reduzir custos de transporte das empresas do PIM

Já está em processo de negociação com o Governo do Estado do Amazonas a assinatura de um Termo de Compromisso para a implementação do Entrepósito Fiscal do Estado do Amazonas no Tocantins, em Praia Norte. O projeto é apontado pelo secretário da Indústria e Comércio de Tocantins, Paulo Massuia, como essencial não só para o Estado, mas também para todo o Brasil. "A localização

estratégica do Tocantins, entre Manaus e os grandes centros consumidores, bem como das regiões produtoras de insumos industriais utilizados pelas indústrias instaladas no PIM, trará grandes benefícios a empresas da Zona Franca de Manaus e outros Estados do País".

Entre os benefícios do Entrepósito, Massuia destaca que os ganhos de fluxo de caixa e logístico são os maiores. "Quando uma em-

presa vende o produto, ao sair de Manaus o imposto deve ser recolhido. No trajeto até o Ecoporto em Praia Norte o imposto do produto fica suspenso. Essa suspensão dá um ganho de fluxo de caixa, pois os valores geralmente são altos", disse.

O secretário ressalta que o produto, chegando ao Entrepósito, será beneficiado com o ambiente fiscal favorável. O ambiente é propiciado pelo governo do

Estado em especial com a Lei nº 2.558 publicada no Diário Oficial do Estado em 1º de março de 2012 instituindo o Prologística.

O benefício desonera gradativamente a logística, estimula atividades dependentes do setor e incentiva a criação de emprego e renda concedendo crédito presumido de até 75% para transporte nas empresas operadoras de logística. "O incentivo fiscal vai beneficiar empresas operadoras

de logística e de transporte aéreo estimulando a implantação de empresas logísticas no Estado e a criação de um hub de transporte aéreo aqui", diz Massuia.

No próximo dia 3, representantes da indústria local, comércio e serviços conhecerão o projeto 'O Brasil no Tocantins', que divulgará as potencialidades econômicas e a logística do Estado de Tocantins com o objetivo de atrair investidores.

De acordo com Massuia, a posição estratégica do Estado é essencial tanto para a logística de distribuição de produtos do PIM quanto para a chegada de insumos no Amazonas.